

## **Existe ideologia na economia? Ou por que os economistas não são físicos, mas muitos acreditam que são?**

Glaudionor Gomes Barbosa\*

Ana Paula Sobreira Bezerra\*\*

### **Resumo**

Este artigo defende a proposta de que há uma profunda crise na Economia, enquanto ciência e como processo educacional. Os economistas formados pelo “*mainstream*” possuem pouca capacidade de intervir no mundo real. Entendem pouco como funciona uma economia histórica, ou seja, como os homens produzem e consomem. O trabalho retoma uma discussão fundamental, aquela que relaciona Economia com Ideologia. Este debate já produziu resultados importantes e diversificados. Num extremo já chegou à conclusão de que a Economia estaria isenta de influências ideológicas, pois haveria uma “caixa de ferramentas” livre de valores. Na outra ponta afirmou que a própria Economia era uma Ideologia. Evita-se as duas conclusões. A primeira por ser falsa e a segunda por tomar a Economia como uma teoria única. Os resultados mais relevantes indicam que a extrema matematização da Economia serve a dois objetivos: encobrir as fragilidades da economia ortodoxa e ser vetor de uma determinada ideologia.

**Palavras-chaves:** Economia. Física. Economia Matemática. Ortodoxia. Ideologia.

### **Abstract**

This article supports the proposal that there is a deep crisis in the economy, while science and the educational process. Economists trained by "mainstream" have little ability to intervene in the real world. Understand just how works historic an economy, or how men produce and consume. The work includes a primary discussion, one that relates to economics ideology. This debate has already produced important results and diversified. At one end has already come to the conclusion that the economy is free of ideological influences, because there would be a "toolbox" free of values. At the other end said that the economy was itself an ideology. Avoid the two findings. The first to be false and the second to take the economy as a theory only. The most relevant results indicate that the excessive use of mathematics of the economy serves two purposes: to cover up the weaknesses of orthodox economics and is a vector of ideology.

**Keywords:** Economics. Physics. Economics Mathematics. Orthodoxy. Ideology.

### **1. Introdução**

O objetivo desse artigo é discutir a relação entre a Ideologia e Economia. Argumenta-se que muito daquilo que se ensina e se escreve em economia é um construto ideológico. Utiliza-se como prova de que não só esta relação existe, mas de como teorias econômicas podem ser vetores de ideologia, como o uso e o abuso da matemática em certas correntes

---

\* Professor da UFPE

\*\* Professora da UFPE

neoclássicas. O ponto de partida do artigo é Robinson (1979), em especial o primeiro capítulo, intitulado de Metafísica, moral e ciência.

Este artigo está organizado em seis seções, incluindo essa introdução. Na seção dois, discute-se o conceito de Ideologia e procuram-se mostrar as suas várias acepções, inclusive as mutações que o termo sofreu historicamente; a seção três introduz o trabalho de Fromm (1986), um autor importante para a discussão em tela; na seção quatro são discutidas as contribuições de Robinson e de Schumpeter; a seção cinco apresenta e critica o uso da matemática na economia; a seção seis é a conclusão.

## 2. A propósito do conceito de Ideologia

A palavra Ideologia pela separação de seus componentes lingüísticos: Ideo/logia deve ser entendida como “um estudo das idéias”, assim como Bio/logia é o estudo dos seres vivos. É evidente que é impossível ficar satisfeito com tal definição. Assim, deve-se tentar entender o significado do termo Ideologia, através da sua história.

O vocábulo Ideologia aparece pela primeira vez em um trabalho de Destutt de Tracy, datado de 1801 e intitulado *Elementos de Ideologia*. De Tracy, segundo Marilena Chauí (1985), pretendeu elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Para tanto, (juntamente com outros ideólogos franceses) formula uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer/vontade, julgar/razão, sentir/percepção e recordar/memória.

Ainda, segundo Marilena Chauí, “*estes ideólogos franceses eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonarquistas. Pertenciam ao Partido Liberal e apostavam no progresso das ciências experimentais*” (CHAUÍ, 1985: 22).

*O sentido pejorativo dos termos Ideologia e ideólogos veio de uma declaração de Napoleão Bonaparte em 1812: ‘todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuída à Ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história’. Com isto, Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos.* (Chauí, 1985: 24).

É interessante observar como uma acusação falsa e com objetivo claro de aniquilar adversários políticos passou à história, sem correção. Como destaca muito bem Chauí:

*O curioso é que se a acusação de Bonaparte é infundada com relação aos ideólogos franceses, não o seria se se dirigisse aos ideólogos alemães, criticados por Marx. Ou seja, Marx conservará o significado napoleônico do termo: O ideólogo é aquele que inverte as relações entre as idéias e o real. Assim, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das idéias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação real com o real. (Chauí, 1985: 25).*

De acordo com Chauí, o termo Ideologia voltou a ser empregado por Augusto Comte no seu *Curso de Filosofia Positiva*, com dois sentidos diferentes: (a) no sentido original como desenvolvido pelos ideólogos franceses; (b) no sentido de um conjunto de idéias de uma época, tanto como uma espécie de opinião geral, quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.

Depois o termo ressurgiu em *Regras para o Método Sociológico* de Durkheim, que num esforço de fundar uma Sociologia Científica, defende como regra fundamental da objetividade científica a separação entre sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento, separação esta que vai garantir a objetividade. Durkheim chamará de Ideologia todo conhecimento social que desrespeite tais critérios. Para este autor a Ideologia é um resto, uma sobra de idéias pré-científicas, preconceitos (pré-conceitos) inteiramente subjetivos e individuais.

Para Marilena Chauí, a terminologia de Durkheim é imperfeita e enganadora, pois,

*... a Ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, ... não é pré-conceito, nem pré-noção, ... é um fato social produzido pelas relações sociais. Possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas certa maneira de produção de idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais. (Chauí, 1985: 31).*

Da leitura da teoria marxista, feita por Chauí, podem-se encontrar definições diversas de Ideologia, esse artigo vai optar, pela que parece mais completa:

*A Ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar o que devem valorizar e como devem valorizar o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. (Chauí, 1985: 113).*

Dobb (1973) apresenta algumas idéias bastante interessantes sobre a questão da Ideologia. O ponto central de seu argumento, é que apesar do conceito de Ideologia se relacionar fortemente com a “falsa consciência” hegeliana, cujo objetivo é esconder ao

homem a visão de si próprio e das suas condições de existência, o conceito não vai ser usado dessa forma, nem também para expressar o elemento enganador em pensamento. O conceito, diz Dobb, refere-se ao caráter de relatividade histórica das idéias.

Para os objetivos deste ensaio, não é conveniente entender Ideologia como um conceito fechado e ligado sempre à Ideologia da classe dominante. É preferível entender a Ideologia – pelo menos nos limites desse contexto – como um conjunto estruturado de crenças, valores, idéias e representações que é compartilhado por grupos sociais e que serve para justificar a existência, o papel social e as ações práticas (a práxis) desses grupos. Acata-se como razoável a idéia de Dobb de Ideologia como “relatividade histórica das idéias” e se aceita, também, a interpretação que Dobb faz da chamada “visão” de Schumpeter:

*Schumpeter utiliza o termo “visão”, com uma visão da forma complexa da realidade e da natureza dos problemas que se põem à humanidade em qualquer situação histórica dada, esta é inevitavelmente ideológica. Deste modo, a Ideologia “penetra no autêntico rés-do-chão, no ato cognitivo pré-analítico”... A razão alegada parece ser menos a da perspectiva historicamente condicionada do observador, inevitavelmente limitada pelo tempo e lugar e posição na sociedade, do que a da atitude emocional que leva os homens a formar imagens agradáveis de si próprias e dos seus pares – o fato é que “a maneira como vemos as coisas dificilmente se distingue daquela como desejamos vê-las. (Dobb, 1973: 12).*

Deve-se salientar que o aspecto mais essencial de uma Ideologia é seu compartilhamento pelos membros de uma dada sociedade ou grupo social. O fenômeno ideológico se manifesta através de “interesses comuns e de “falsa consciência” que funcionam obstruindo a visão dos movimentos reais da sociedade. Não se trata de uma categoria “falsa” no sentido que lhe atribui o senso comum em oposição ao “verdadeiro”. A Ideologia é “verdadeira” no conjunto de determinações de uma sociedade e reflete de forma deformada (e, portanto “falsa”) as verdadeiras relações sociais. Se o fenômeno ideológico fosse “falso” no sentido popular, ele seria incapaz de possuir a força dinamizadora e aglutinadora que possui. Na verdade uma Ideologia é tão mais poderosa quanto maior seu poder de explicar a aparência (e ocultar a essência) dos fenômenos sociais observados. Por outro lado, uma Ideologia “menos explícita” na sua própria formulação e nos objetivos a que se propõe é mais poderosa do que outra “mais explícita”. Trata-se do “efeito-camaleão”.

Um exemplo do “efeito-camaleão” acontece com alguns usos da Matemática em Economia. Essa disciplina é uma ferramenta auxiliar da Ciência Econômica, porém a Matemática deve funcionar como “uma ponte” para se passar de proposições não-matemáticas para outras proposições também não-matemáticas. O que ocorre muitas vezes é

que os elementos ideológicos se incrustam na estrutura da ponte, e como esta é neutra e verdadeira por definição (salvo erro do operador), estes elementos ideológicos passam para o outro lado e se agregam às proposições não-matemáticas, adquirindo o “status” de Teoria Econômica. Volta-se a este ponto na seção cinco.

### 3. Introduzindo Erich Fromm: Ideologia, Caráter social e Inconsciente social

Fromm (1986) afirma encontrar uma insuficiência na análise que Marx faz quando discute a interdependência entre a base econômica da sociedade e sua superestrutura, formada pelas instituições políticas, jurídicas, religiosas, etc. É indiscutível que a inter-relação entre a base e a superestrutura ideológica está bem definida segundo Fromm, mas não mostra adequadamente como a base material se traduz na superestrutura ideológica, tal insuficiência pode ser superada usando-se instrumentos da teoria de Freud. Assim, argumenta o autor:

*Acredito que, usando-se os instrumentos da psicanálise, essa falha da teoria marxista será suprida, sendo possível mostrar o mecanismo pelo qual a estrutura econômica básica e a superestrutura se ligam. Uma dessas ligações está no que chamei de caráter social, a outra na natureza do inconsciente social. (Fromm, 1986: 71).*

Discutindo o primeiro conceito, isto é, o caráter social, pode-se dizer que o homem age motivado pela constituição do seu caráter, e socialmente suas idéias e ações são definidas pelo caráter social. Para Fromm, caráter social é o núcleo da estrutura de caráter partilhado pela maioria absoluta dos membros de uma determinada sociedade, porém vale destacar que o caráter social não é o somatório das unidades de caráter individual encontradas na sociedade em questão. Na verdade o caráter social permeia e define o próprio conjunto ou parte significativa do conjunto social, sendo, portanto uma propriedade do conjunto e não de seus elementos tomados de *per si*. Para Fromm, o caráter social só pode ser perfeitamente compreendido quando se entende sua função:

*A função do caráter social é modelar as energias dos membros da sociedade de modo que seu comportamento não seja questão de decisão consciente sobre a obediência ou não ao padrão social, e sim um desejo de agir tal como têm de agir, e ao mesmo tempo encontrem satisfação em agir de acordo com as exigências de sua determinada cultura. Em outras palavras, é função do caráter social modelar e canalizar a energia humana dentro de determinada sociedade, com o objetivo de manter o funcionamento ininterrupto dessa sociedade. (Fromm, 1986: 78).*

A leitura de Fromm indica que se o caráter social é o elo entre a estrutura social e o sistema de valores, e se o mesmo faz as pessoas raciocinarem e agirem sempre favorecendo o funcionamento adequado de sua sociedade, este precisa ser complementado pelo outro elo que é o inconsciente social. Esse outro elo está no fato de que cada formação social define as idéias, as emoções e os sentimentos que podem atingir o nível de consciência e aqueles que terão que permanecer inconscientes. Ou seja, por inconsciente social devem-se entender as áreas de repressão comuns à maioria dos membros de uma sociedade; os elementos habitualmente reprimidos são aqueles de cujo conteúdo a sociedade não deve permitir que seus membros tenham consciência, para que possa, com suas contradições específicas, funcionar com êxito. O principal ponto de contato entre as teorias de Marx e de Freud a respeito das questões aqui discutidas é sintetizado por Fromm da seguinte forma:

*Marx, como Freud, acreditava que a consciência do homem é, em grande parte, uma “consciência falsa”. O homem acredita que seus pensamentos são autênticos, produtos de seu raciocínio, quando são na realidade determinados por forças objetivas que funcionam à sua revelia. Na teoria de Freud, essas forças objetivas representam necessidades fisiológicas e biológicas; na teoria de Marx, representam as forças históricas, econômicas e sociais, que determinam o ser e, assim, indiretamente, a consciência do indivíduo. (Fromm, 1986:102).*

Finalizando sua contribuição, Fromm vai argumentar que o indivíduo médio de qualquer sociedade não se permite ter consciência de pensamentos e sentimentos que sejam incompatíveis com os padrões reconhecidos de sua cultura. Isto é, o indivíduo evita pensar ou sentir coisas que, se expressas, provocariam rejeição social e por isso ele é forçado a recalculá-las do mesmo modo que a nível individual ele recalca sentimentos como o incesto. Formalmente falando, portanto, o que é inconsciente e o que é consciente dependem da estrutura da sociedade e de sua configuração moral, ou seja, depende dos padrões de sentimentos e pensamentos produzidos socialmente.

Engels, quase um século antes de Fromm, assim identificava o fenômeno da Ideologia e sua relação com o inconsciente: “*A Ideologia é um processo bem realizado pelo “pensador”, como se diz, mas com uma consciência baseada no erro. As verdadeiras causas que o fazem agir permanecem desconhecidas para ele, de outra forma não haveria processo ideológico*” (Engels, 1893)<sup>1</sup>.

#### **4. Economia e ideologia**

##### **4.1. A contribuição de Joan Robinson: Metafísica, Moral e Ciência.**

Robinson (1979) no texto *Metafísica, Moral e Ciência*, argumenta que parte da intranqüilidade da vida moderna é que crescemos duvidando de coisas que sempre pareceram verdadeiras. Isto é, antes aceitávamos a verdade como sendo verdadeira por princípio ou porque era assim que pensavam as pessoas intelectualmente influentes. Agora se fica a se perguntar: por que acredito no que acredito? O dilema, segundo Robinson, é que parece que andamos sempre atrás das origens de nossas crenças:

*Precisamos andar sempre girando para encontrar as raízes de nossas próprias crenças... Na massa geral de noções e sentimentos que constitui uma Ideologia, a parte diretamente ligada à vida econômica ocupa um grande espaço, e a própria Economia tem sido sempre, em parte, um veículo para a Ideologia dominante em cada período, assim como, em parte, um método de investigação científica. (Robinson, 1979: 7).*

Se há mistura entre Ciência e Ideologia, como podemos distinguir uma da outra? Robinson escolhe um método que consiste no seguinte: se uma proposição ideológica for submetida a um tratamento lógico ou ela se dissolve em algo desprovido de sentido ou gera uma circularidade. A proposição “todos os homens são iguais” seguramente, segundo Robinson, não passa no teste da lógica, mas nem por este motivo pode ser considerada sem conteúdo. Ela expressa um ponto de vista e uma referência para a conduta social. Além de possuir conteúdo, ela é um guia para a ação. As proposições ideológicas podem, inclusive, ter um papel científico, como argumenta a autora:

*As proposições metafísicas também fornecem um quadro do qual se pode formular hipóteses. Não pertencem ao domínio da ciência, embora lhe sejam necessárias. Sem elas, não saberíamos o que é que queremos saber. Tomemos nosso exemplo -- “Todos os homens são iguais” -- . Ele fornece um programa de pesquisa. Podemos averiguar se a classe social ou a cor está correlacionada com a distribuição estatística da capacidade inata . Não é tarefa fácil, porque a Ideologia está profundamente impregnada do material com que vamos lidar. O que é capacidade? Como podemos estabelecer medidas que separem o que é inato do que é devido ao ambiente? Teremos que lutar muito para eliminar a Ideologia da resposta, mas sem a Ideologia nunca teríamos nos colocado a questão. (Robinson, 1979: 9).*

Do que foi discutido até agora, alguns aspectos precisam ser destacados. Em primeiro lugar, Robinson equipara os conceitos de metafísica, sistema de crenças e ideologia; em segundo defende a posição de que boa parte da Ideologia é ocupada ou é representada pelas idéias econômicas; em terceiro afirma que a Economia, além de um método científico, deve ser considerada um veículo da Ideologia dominante.

Depois de argumentar que a Ideologia é parte essencial de qualquer sociedade, pois nenhuma delas poderia sobreviver sem que seus membros possuíssem sentimentos comuns sobre a conduta socialmente adequada, a autora inicia uma digressão sobre as possíveis origens do elemento ideológico, e chega à conclusão que, do ponto de vista da evolução, a Ideologia é um substituto para o instinto. Ou seja, os animais já nascem sabendo o que fazer – e seguem repetindo seus padrões de comportamento secularmente, com pequenas alterações, geralmente provocadas pela interferência do homem – mas os seres humanos precisam aprender o que deve ser feito. Ou nas palavras de Robinson, como o padrão de comportamento humano é mutável e não transmitido geneticamente, deve ser aprendido.

Aceitando-se que alguns padrões de moralidade são indispensáveis para qualquer sociedade, e tendo em vista que por moralidade deve-se entender sistemas de valores e por consequência Ideologia, Robinson associa a base biológica da moralidade com padrões de comportamento socialmente adquiridos e/ou impostos.

Robinson chega à conclusão que nossa moralidade (sistema de valores) não decorre nem da teologia nem da razão, mas constitui uma parte separada de nosso equipamento, como nossa capacidade para aprender a falar. Ou seja, a religião reforça – introduzindo um ser onipresente e onisciente – no nosso sistema de valores e é só. Por sua vez, a razão não pode ajudar, pois o sistema moral implantado em cada um de nós não decorre de princípios racionais e sim de princípios emocionais.

O “sistema de valores” e a “consciência individual” de que fala a autora seriam, ou poderiam ser traduzidos, como sendo a própria Ideologia, pelo menos é o entendimento final a que se pode chegar. Se a moralidade é ideológica, a Ideologia é moral. Tudo depende da sociedade em que se vive. O certo é que toda sociedade e todo sistema econômico precisam de regras morais e de uma Ideologia que os justifique.

Quando Myrdal – citado pela própria Robinson – afirma que “nossos próprios conceitos estão carregados de valores” e “não podem ser definidos a não ser em termos de avaliação política”,<sup>2</sup> Robinson acusa-o de radicalismo, mas termina concordando com ele ao argumentar:

*O certo é verdade, é que não é possível descrever um sistema sem a penetração de julgamento morais. Porque olhar de fora um sistema implica que ele não é o único possível; ao descrevê-lo estamos comparando-o (aberta ou tacitamente) com outros sistemas atuais ou imaginados. As diferenças implicam opções, e as opções implicam julgamentos. Não podemos fugir de fazer julgamentos e os julgamentos que fazemos decorrem dos preconceitos éticos que se incorporaram à nossa visão de mundo e que*



*estão de certo modo impressos em nosso cérebro. Não podemos fugir de nossos próprios hábitos de pensamento.* (Robinson, 1979: 17-18).

Ao final do ensaio, discutindo a questão do método, Robinson vai reafirmar a convicção de que as proposições ideológicas não apenas expressam sentimentos morais, mas também fornecem hipóteses que podem ser testadas. O problema da Economia é na aplicação do método, pois não há um acordo sobre normas de negação de uma hipótese, de forma que a aplicação do princípio popperiano de que “o processo científico consiste na tentativa de refutar teorias”, fica prejudicado. Como não há base para a experimentação controlada, o resultado da pesquisa se baseia na interpretação das evidências, e toda interpretação envolve julgamentos e todo julgamento – com já havia apontado a autora – supõe preconceitos, que são ideológicos. Porém, Robinson acredita que há uma saída para o impasse e aponta um caminho, que podemos chamar de “controle social da pesquisa” e que consiste em entender a objetividade como um atributo externo ao cientista:

*A maneira de sair do impasse não é tentar negar todo preconceito e abordar o problema a ser discutido com um espírito puramente objetivo. Qualquer um que diga: “Acredite-me, não tenho preconceito”, ou está enganando a si próprio ou tentando enganar-nos. Popper critica o método de discussão que pretende se basear na imparcialidade do cientista social. A objetividade da ciência surge, não porque o indivíduo é imparcial, mas porque muitos indivíduos estão testando as teorias uns dos outros.* (Robinson, 1979: 24).

#### **4.2. A contribuição de Schumpeter: História e Visão**

Meek (1971) analisa as posições de Schumpeter, sobre Ideologia e Ciência, a partir do livro *História da Análise Econômica*. Um momento importante do livro de Meek é que ele identifica e estabelece um padrão de atração e repulsão de Schumpeter pela obra de Marx (Meek, 1971:255). Atração pelos princípios marxistas gerais sobre a questão da Ideologia e repulsão pela colocação de Marx de que o grosso da chamada Economia Política “Científica” dos tempos modernos, é uma mistura de superficialidades com preconceitos ideológicos. Para Marx – como todos os estudiosos sabem – a Economia Política burguesa de qualidade vai até 1830. Schumpeter argumenta que o desenvolvimento mais importante e mais rápido se deu exatamente a partir de 1830.

Segundo Meek, o ponto de vista de Schumpeter é de que apesar do material inicial com que trabalha o economista possuir uma carga muito grande de elementos ideológicos, existe “procedimentos higiênicos” que fariam a assepsia do material original:

*Felizmente, contudo, diz Schumpeter, “as normas de procedimentos que aplicamos no nosso trabalho analítico são quase tão isentas de influências ideológicas como a própria visão está sujeita a elas”, e tais regras tendem, com o decorrer do tempo, “a esmagar e expulsar o erro, ideologicamente condicionado, das visões com que começamos”. Não somente existem numerosos itens em nossa caixa de ferramentas que são, e sabe-se que são, ideologicamente neutros, mas que se pode demonstrar que o são, não obstante as crenças populares em contrário. (Meek, 1971: 256).*

Causa espanto que um economista do porte de Schumpeter inicie um trabalho afirmando que a Ideologia já se faz presente no ato cognitivo pré-analítico, para depois concluir que “as normas fazem a limpeza”. Espanta também a conclusão schumpeteriana de que no tempo da pesquisa, o erro ideológico é depurado. Na verdade há uma tendência muito mais forte e generalizada de que cada etapa do trabalho venha a reforçar e refundir os elementos ideológicos iniciais. Afinal, nem todos os cientistas têm a grandeza de Einstein quando afirmou: “*Não pode haver melhor destino para uma teoria do que abrir margem para outra mais ampla, na qual sobreviva como caso limite*”. (Teixeira, 1984: 48).

Voltando aos argumentos schumpeterianos: se o grande economista estivesse falando do uso de alguns instrumentos quantitativos, como métodos de aproximação, não haveria nenhum problema, mas na verdade seus argumentos sobre “pureza de resultados”, depois de se tratar o “lixo ideológico”, refere-se à própria Teoria Econômica.

## **5. Matemática como ideologia mistificadora ou “não há nada que um lagrangiano não resolva”.<sup>3</sup>**

É indiscutível que os físicos são cientistas realizados com seu ofício. A Física triunfa como ciência na medida em que utilizando poucas leis gerais traduzidas em equações relativamente simples demonstra de forma adequada o funcionamento do mundo físico. A grande competência preditiva é baseada no uso contencioso do cálculo. O físico é um cientista “parcimonioso” nos seus modelos: se pode explicar “com menos”, não se deve explicar “com mais”.

O importante estudioso de metodologia da ciência econômica Mark Blaug, que não pode ser acusado de heterodoxia ou de alinhamento com o que se convencionou chamar de pensamento crítico, argumentou recentemente – Blaug (1998) – que o formalismo matemático era o problema básico da crise da ciência econômica. O que leva a conclusão que já não é possível se evitar a discussão. Os economistas ortodoxos de visão mais aberta e menos dogmáticos, começam a refletir sobre a questão. Contudo, o número daqueles dispostos ao debate e a busca de alternativas ainda é muito pequeno em comparação aos que se agarram às suas “convicções”.

Se de um lado se tem grandes economistas que defendem o uso da matemática, como Jevons, Pareto e Walras, também existem outros, não menos importantes, que são críticos ao uso da mesma, como Myrdal, Hayek e Solow. Além disso, economistas com sólida formação matemática, também são céticos, como Marshall, Keynes e Georgescu-Roegen. Se esses grandes nomes da ciência são comedidos, senão contrários ao uso da matemática, o que eles diriam do abuso?

É comum a argumentação de que Ricardo ao assumir uma perspectiva dedutivista e abstrata e ao incorporar pressupostos simplificadores, desprezando os fatos históricos e as instituições, teria inaugurado um método novo e criado a ciência econômica na sua forma de teoria pura. Tal apreciação, denominada por Schumpeter (1954) de “vício ricardiano”, apesar de não ser uma tese desimportante, não transforma Ricardo num precursor da matematização da economia. Muito pelo contrário, há abstração e dedução em Ricardo – o que por si não deveria ser intitulado de “vício” – nunca matematização e formalismo vazio.

Na verdade quem introduz a matemática na economia como projeto de superação da Economia Política clássica e de oposição ao ricardianismo e ao marxismo foi Jevons com *A Teoria da Economia Política* (1871), que, aliás, mantinha o título economia política porque naquela altura do século XIX, ainda não era possível se usar o termo mais “asséptico” de ciência econômica. O livro de Jevons obtém sucesso em demonstrar os princípios da economia marginalista (neoclássica) porque se cobre de uma cientificidade que é devida ao prestígio da matemática. As belas vestes do cálculo recobrem o corpo velho e carcomido da recém-nascida economia científica. Tão científica quanto à alquimia. Jevons referiu-se a Ricardo como “*aquele homem habilidoso, porém enganado que desviou o carro da Ciência Econômica para uma estrada errada*”. Segundo ele, “*Mill conduziu o carro para maiores confusões ainda*”. (Oser & Blanchfield, 1983: 213).

Para se entender em toda amplitude as motivações profundamente ideológicas de Jevons é preciso, a partir da obra citada, perceber sua preocupação com as conseqüências da teoria vinda dos clássicos e de Marx. Para ele a economia clássica era efetivamente perniciosa, pois concluía que havia renda não ganha e o valor era baseado no trabalho incorporado. Se o que estava se propagando como teoria econômica era um misto de Henry George<sup>4</sup>, David Ricardo e Karl Marx, então havia chegada a hora de derrubar aquelas idéias subversivas.

Na defesa da quantificação, Jevons argumenta que todas as ciências estão avançando no campo da matemática com coragem, chegando a afirmar: “*antes do tempo de Pascal, quem pensaria em medir a dúvida e a fé?*” (Jevons, 1983:32). Exageros a parte, o projeto de

Jevons era mesmo ambicioso e em um péssimo sentido deu certo. Para aquele autor tudo era quantificável:

*Ora, não pode haver dúvida de que o prazer, o sofrimento, o trabalho, a utilidade, o valor, a riqueza, a moeda, o capital etc... são todos conceitos passíveis de ser quantificados; mais ainda, o conjunto de nossas ações (ações humanas e não ações títulos) na indústria e no comércio certamente depende da comparação de quantidades em termos de vantagem ou desvantagem. (Jevons, 1983:32 – parênteses dos autores).*

Ora – para ficar na mesma conjunção com valor retórico de interjeição, significando impaciência e desprezo usados pelo autor – Jevons fala de coisas muito diferentes. A moeda é ela própria uma medida. A riqueza e o capital só podem ser medidos se for na forma monetária. Em qual parte do seu livro Jevons mediu sua dor ou seu prazer ou a dor e o prazer dos outros? Fato concreto é que aquele autor é um notável retórico. E seu enunciado acima é muito mais um programa político do que uma proposição científica.

Quando os economistas matemáticos são criticados pelo irrealismo das hipóteses, eles respondem que os supostos não precisam ter aderência com a realidade. Argumentando assim, estão praticando um truque, pois se os pressupostos são irrealistas, as previsões obtidas da manipulação de tal modelo não podem ter valor explicativo, nem são empiricamente importantes. Se o comportamento do ser humano é tão restringido ao ponto de caber dentro de um modelo matemático, o resultado pode até ser correto, apenas não tem nenhum significado para o verdadeiro comportamento de homens históricos.

Um bom exemplo de desconfiança da matemática e de seu uso apenas como linguagem é dado por Marshall na sua correspondência com o estatístico inglês Arthur Lyon Bowley (1869-1957):

*Um bom teorema matemático relativo a hipóteses econômicas era altamente improvável de ser boa economia; e eu prossegui, cada vez mais, segundo as regras: 1) use a matemática como uma linguagem estenográfica, antes do que como um instrumento de investigação; 2) empregue-a até que se obtenham resultados; 3) traduza para o inglês; 4) então ilustre com exemplos que tenham importância na vida real; 5) queime a matemática; 6) se não tiver êxito em 4, queime 3. Isso tenho feito com frequência”. (Marshall apud Strauch, 1985: XXIV)*

Os ensinamentos de Marshall são de uma clareza ofuscante. Traduza para inglês, ou seja, traduza para um código de comunicação de compreensão geral. Ilustre com exemplos importantes da realidade, então queime a matemática. Se não obtiver sucesso em ilustrar com

exemplos reais, queime o inglês, isto é, queime o próprio trabalho. Jogue fora e comece tudo de novo. Será que os nossos “autistas” nunca leram o pai da síntese neoclássica?

Não é preciso ficar apenas nas admoestações de Marshall, podem-se buscar fortes críticas ao uso e abuso da matemática noutros autores importantes. É o caso do pensamento da corrente austríaca, muito bem representada por Ludwig Von Mises que não poupou palavras para demonstrar o quanto a matematização era prejudicial à Economia:

*Ora, o economista matemático não acrescenta nada à elucidação do processo de mercado. Limita-se a descrever um modelo auxiliar que é utilizado pelos economistas lógicos como um conceito limite, ou seja, como uma descrição de um estado de coisas no qual não haja mais ação e o processo de mercado atinja completa imobilidade. Sua contribuição resume-se a isto. Aquilo que o economista lógico descreve em palavras quando define as construções imaginárias do estado final de repouso e da economia uniformemente circular - e que o próprio economista matemático também tem que descrever em palavras antes de iniciar suas operações matemáticas - é transformado em símbolos algébricos. Em suma: trata-se de uma analogia superficial que foi levada muito além do que deveria ter sido. (Mises, 1990: 493).*

Apesar da consistência da crítica feita acima por Mises, é preciso que se compreenda que não se trata apenas de uma questão de “confusão mental” ou de não entender para onde deve ir com zelo o “carro da Economia”, parodiando Jevons. A questão central é que a matemática chega à economia como chega a outras ciências, isto é, através do projeto racionalizador que surge no Renascimento, e que associa a precisão do conhecimento com o progresso da humanidade. Significa dizer que o modelo de ciência que a Economia escolheu foi o modelo da Física. A maioria dos problemas da economia advém dessa escolha mal feita e de matriz puramente ideológica.

Na Abadia de Westminster em Londres repousa os restos mortais do físico Isaac Newton (1642-1727). No seu túmulo estão gravados os versos do poeta Alexander Pope (1688-1744): “*A natureza e as suas leis jaziam na noite escondidas. E Deus disse: ‘Faça-se Newton’ e houve luz*”. Os versos de Pope nos dão a medida da grandeza de Newton e a enorme confiança que os bem-pensantes depositavam na Física como ciência e na possibilidade de um projeto universal de conhecimento baseado nos pressupostos e método daquela ciência.

A Física newtoniana, que praticamente se resumia ao ramo da mecânica, parecia ter poderes ilimitados, e como se baseava na matemática, nada mais razoável do que tentar extrapolar tais conhecimentos para os outros campos das ciências. Essa extrapolação deve ser considerada como uma forma de cientismo. O cientismo pode ter tripla conceituação: (a) como doutrina que procura explicar os fenômenos exclusivamente por meios científicos; (b)

como ideologia justificadora de uma dada realidade social, que usa argumentos pretensamente científicos; (c) como exercício de “arrogância” do saber, onde a ciência promoveria o conhecimento completo e definitivo de todas as coisas, resolvendo todos os problemas atuais e futuros da humanidade. São na segunda e na terceira acepção que este trabalho toma como conceito.

O físico tem como preocupação a matéria e o movimento. Desse modo, as informações necessárias estão no mundo exterior. A matéria não pensa, não tem desejos, não sonha, não tem motivações, nem preferências. O que interessa na matéria e no seu movimento é uma observação e/ou um conjunto de observações.

Os seres humanos são seres de ação. E ação é um comportamento orientado a um fim, com o emprego dos meios que o sujeito acredita que levará a um objetivo. Desta maneira, a fonte do conhecimento não é exterior, mas é o próprio sujeito. O significado é que uma esfera descendo um plano inclinado obedece a uma causalidade determinística, enquanto o homem é capaz de ação motivada, e por isso é capaz de escolher entre as alternativas A e B.

O fato é que ao se atribuir “quantidades” aos eventos físicos, parte-se do princípio que os mesmos são objetos de regularidade matemática e, portanto, podem ser modelados por equações ou sistemas de equações. O atributo quantitativo de um fenômeno físico é uma realidade material, isto é, está na natureza do próprio evento. Assim, esse atributo não é formal em nenhum sentido. Por outro lado, a ação humana não é material no sentido dado acima, nem é natural, pois o homem não tem natureza, tem história.

Suponha que um motorista dirija um carro numa estrada com velocidade de 120 Km/h, e de repente, numa curva o carro faça uma tangente e saia pelo acostamento. A um físico é perguntado em quantos metros o carro para? O físico procurará saber o coeficiente de atrito do solo e quantos metros de acostamento existem naquele trecho. Com base nessas informações e uma equação relativamente simples é possível se obter o resultado. Entretanto, o físico perguntará se à esquerda (ou à direita) existe uma barreira, pois neste caso a parada será instantânea. Também, indagará se à direita (ou à esquerda) há um precipício, pois neste caso o veículo se projetará no vazio e só parará no fundo do abismo. Os modelos dos economistas neoclássicos são de uma indigência tão grande, que não fazem nem as perguntas do físico. Ou seja, não há abismo nem barreiras. O mundo dos economistas matemáticos é um plano sem aclive ou declive com coeficiente de atrito pré-definido e universal, independentemente do solo.

O problema de qualquer campo do conhecimento é que o mesmo é formado por duas características. Em primeiro lugar, uma ciência (ou um campo) deve explicar algum aspecto

importante da natureza ou da sociedade, isto é, deve estabelecer causalidade entre os fenômenos. Uma Biologia que não soubesse explicar porque de um ovo de galinha nasce um pinto e não um camelo não seria uma ciência. Em segundo lugar, uma ciência deve ter algum poder preditivo. As divergências surgem quando se tenta definir o que é previsão. Para um economista o que interessa são suas previsões. Mesmo que se admitisse que aquelas fossem verdadeiras – é fato por demais conhecido que dois economistas geralmente chegam a resultados diferentes quando tentam explicar a mesma questão – faltaria a esta ciência econômica algum caráter explicativo. Certamente, que os economistas aliados a outros quantitativistas objetariam, dizendo que são os economistas não-matemáticos que não possuem a segunda característica de uma verdadeira ciência, ou seja, a predição. Há confusão ou má-fé nos argumentos de nosso “físico social”, pois há predição sim, e ela pode ser obtida por métodos da estatística econômica até instrumentos analíticos estritamente não-matemáticos, passando é claro, pela insubstituível análise histórica.

O que se deve entender por objeto de uma ciência? Entende-se aquilo que a ciência estuda. Nesta questão a Economia já leva desvantagem em comparação com as Ciências da Natureza, pois, às vezes, parece que seu objeto está mal definido e, às vezes, que é múltiplo. Dizê-la uma ciência da escassez é apenas uma forma de ajustá-la aos princípios da economia ortodoxa. Na atual forma de organização social, o elemento mais importante do processo produtivo, o homem que trabalha, é um caso típico de oferta excedentária e nunca de escassez. Para evitar maiores discussões fica-se, aqui, com a definição marshalliana: *“Economia é um estudo da humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estritamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar”*. (Marshall, 1985: 25).

O que se deve reter como mais importante da definição de Marshall é que se trata de um estudo referente aos homens em suas ações, tanto no plano individual quanto no coletivo. Desse modo, os homens agem na economia, enquanto na física os objetos (a matéria) obedecem aos princípios do movimento (e do repouso) modelados e explicados por uma equação ou por um sistema de equações.

Para ilustrar o abuso da matemática pelos “economistas autistas” começa-se pela microeconomia. Toda a teoria do consumidor é baseada nas preferências. E estas são definidas por uma função preferência, caracterizada por duas relações, a saber: preferência e indiferença. A ortodoxia faz todo um arrazoado, aparentemente histórico, da evolução da relação entre utilidade e preferência. No começo – toda história que inicia a narrativa com a palavra “no começo” está mais para contos infantis do que para história-problema – os

economistas achavam que a utilidade era mensurável cardinalmente. Assim, um pedaço de pão dormido vale dois “utis” (util é a medida objetiva que os “autistas” usam para medir utilidade), enquanto que um brioche vale cinquenta “utis”. Não fica claro se está a se falar daquele mendigo que mora debaixo da escadaria do metrô ou de um milionário. Depois se descobriu que a utilidade não dependia do axioma da aditividade e assim na segunda fase histórica do conceito, assume-se que a utilidade é uma qualidade mensurável. Seria algo semelhante ao comportamento do amante inseguro que deseja ardentemente saber quantos “loves” o outro sente por ele. Na etapa final, ou seja, no final da história, Pareto descobre que a utilidade não é um conceito cardinal e sim ordinal. Basta ordenar as preferências. O problema é que no capítulo seguinte do manual – numa prova que a novela, digo a história não terminou – entram em cena as famosas curvas de indiferença que associa uma medida numérica às utilidades. Mais uma vez se descobre que é tudo um truque. Mandrake e Mister M ficam com inveja.

Ainda em relação ao equilíbrio do consumidor é importante observar como os “autistas” demonstram a maximização da utilidade:

(a) se um dado consumidor deseja comprar uma combinação  $X_1$  e  $X_2$  que maximiza sua satisfação e sua renda é limitada, então sua restrição é dado por:  $y^o = p_1x_1 + p_2x_2$  (1);

(b) reescrevendo a equação (1), tem-se:  $x_2 = (y^o - p_1x_1 / p_2)$  (2);

(c) substituindo a equação (2) em uma função utilidade, obtém-se:

$$U = f[x_1, (y^o - p_1x_1 / p_2) / p_2] \quad (3);$$

(d) maximizando a equação (3) com respeito a  $x_1$ ; o problema estará resolvido se a CPO for  $dU/dx_1 = 0$  e a CSO  $d^2U/dx_1^2 < 0$ . Assim:

$$dU/dx_1 = f_1 + f_2(-p_1/p_2) = 0 \quad (4), \text{ ou } f_1 = -f_2(-p_1/p_2) \Rightarrow f_1/f_2 = p_1/p_2 \quad (5)$$

(e) a equação (5) pode ser reescrita como:  $f_1/p_1 = f_2/p_2$  (6)

(f) generalizando a equação (5):  $f_1/p_1 = f_2/p_2 = f_3/p_3 = \dots = f_n/p_n$  (7)

(g) o significado econômico ensinado aos alunos é que: a razão entre as UMgs e os preços é igual para todos os bens.

É provável que a maioria dos alunos entenda a matemática utilizada, o problema é que quando o aluno pensa em perguntar para que afinal serve tudo isso, o professor já estará na curva de preço-consumo, nas curvas de Receita Marginal, fará o aluno caminhar dentro de uma caixa de Edgeworth, facilitará para que o mesmo faça um excelente estágio na empresa Crusoé S.A junto com um estudante notável chamado Sexta-feira. Bem... no final o aluno terá terminado seu curso de economia, fará pós-graduação e será professor de economia



“autista”, repetindo, assim, todo ciclo, do ovo até o adulto, passando pelas formas de larva (três estágios) e de pupa. Desconfia-se, sinceramente, que os professores deste tipo de teoria não acreditam no que ensinam, inclusive porque não há casos de soluções da equação (7) para consumidores humanos. Só os consumidores abstratos (verdadeiros ectoplasmas) se comportam desse modo.

Para os matemáticos o conjunto dos números Reais (R) pode ser representado por uma reta, onde cada ponto representa um número real. Não há “buracos” na reta. Assim, o movimento dos corpos ocorre e é uma função de espaços vetoriais reais. Neste contexto teórico se utiliza sem problemas o cálculo diferencial e integral. Qual é o problema dos “físicos sociais”? É o suposto de continuidade dado pelo conjunto R. Por exemplo, na teoria da produção – não se discutirá aqui uma aberração teórica chamada de função de produção – é inteiramente absurdo supor que as unidades obedeçam ao princípio da divisibilidade. As quantidades de trabalho, capital e o produto são números inteiros não-negativos. Uma unidade produtiva – estrutura que os economistas ortodoxos, nunca viram nem em fotografia – é composta, por exemplo, por cinco máquinas e vinte trabalhadores e produz Q unidades de uma mercadoria. Não é possível ao empresário contratar meio trabalhador ou um braço de trabalhador. Ninguém nunca observou um capitalista solicitando no mercado de bens de capital, 30 quilogramas, 351 gramas, 27 decigramas, 54 centigramas e 49 miligramas de uma máquina.

A Matemática – uma ciência fundamental pelo seu rigor, exatidão e beleza interna – foi apropriada pela corrente dominante como ideologia. O cálculo encobre as formulações ideológicas dos problemas levantados. Afirmar, como fazem alguns, que a matemática está nos argumentos por facilitação metodológica ou para ilustrar é outra fraude. Diferentemente da Física, na Economia a Matemática virou teoria e ao mesmo tempo veículo de uma ideologia. Há uma substituição de uma teoria econômica com muitas fragilidades (Marshall e os austríacos) por uma péssima teoria (a economia matemática).

A matemática dos economistas ortodoxos é uma arma política que exclui em primeiro lugar os sociólogos, os cientistas políticos, antropólogos e inclusive os historiadores. Em um segundo momento, exclui os economistas não-matemáticos. É uma arma política que legitima um discurso que é pseudocientífico – ou seja, é puro cientismo –, pois é ideológico. Se alguém estiver convencido de que as raízes da equação do 2º grau:  $x^2 - 5x + 6 = 0$ , são 2 e 3, então, por intimidação retórica, também se convencerá rapidamente – principalmente os estudantes, pois serão reprovados, se não estiverem convencidos – de que se João Bobo tem

um função utilidade  $U(x,y) = (x + 2)(y + 1)$  e se a TMS = 2 e Bobo consome 10 unidades de X, então terá que consumir 23 unidades de Y.

## 6. Conclusão

A compreensão da Ideologia como um conjunto consistente e sistemático de representações e normas internalizadas no ser social, é fundamental. Fundamental no sentido de se entender como as teorias sociais – e a teoria econômica é essencialmente uma teoria social, por tratar dos homens e das sociedades construídas historicamente por eles – podem e são usadas como vetores não de uma “falsa consciência”, mas de uma “visão” de mundo impregnada de valores justificadores. Assim, a análise de Fromm (1986) é primorosa ao levantar os conceitos de caráter social e inconsciente social, de modo que as pessoas possam agir sem compreender as verdadeiras causas de suas ações.

A análise de Robinson (1979) é original e continua sendo uma referência obrigatória quando se trata de investigar o tema em questão. A associação da Ideologia com a Economia, e a conclusão de que além de um método científico, a economia é um veículo da ideologia dominante em cada período histórico. Deste modo, é evidente que o próprio ato de investigação é baseado em um sistema de valores. Além do mais, Robinson apresenta uma posição brilhantemente polêmica, corajosa e inovadora.

Schumpeter é de um fôlego invejável e se mostra brilhante em vários momentos, porém chega a conclusões do tipo “asepsia de resultados”, “caixa de ferramentas” e “esmagamento dos erros”, que nos parece equivocados e não condiz com sua lógica inicial de que a Ideologia “penetra pelo porão, no ato cognitivo pré-analítico”.

O excessivo uso da matemática tem origem no projeto de Jevons e outros em superar a Economia Política clássica, principalmente a vertente ricardiana e a Economia Política de Marx. Ou seja, só entende o surgimento do marginalismo e da economia neoclássica, quem o observa como movimento político e ideológico. Afinal, não foi Ricardo que desviou o carro da economia do caminho correto.

O artigo considera demonstrado que o uso da matemática, ou melhor, a profunda matematização da Economia não pode ser entendida como uso de uma ferramenta auxiliar ou como elemento de ilustração. Trata-se, na verdade, de usar a respeitabilidade da Matemática para encobrir fundamentos, que de um lado representam uma teoria inútil para explicar o mundo real, de outro um fortíssimo instrumento de uma ideologia conservadora.

Parece evidente que a Matemática nas mãos dos economistas do “*mainstream*” transformou-se numa arma de exclusão. Um teste empírico é enviar artigos sem matemática e sem forte aparato econométrico para a maioria dos Encontros de Economia. A arrogância dos economistas matemáticos esconde toda a fragilidade da teoria econômica ortodoxa, incluindo seu caráter de seita.

### **Referências bibliográficas**

BLAUG, Mark. Disturbing currents in Modern Economics. *Challenge*, Volume 41, Nº 3, 1998: 11-33.

BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia ou como os economistas explicam*. São Paulo: EDUSP, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *O Que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOBB, Maurice. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Presença, 1973.

FERGUSON, C. E. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FROMM, Erich. *Meu encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GANEM, A. “Teoria Neoclássica: a face econômica da razão positiva” . In: *Revista literatura Econômica*, IPEA: Volume 11, Nº 25, 1989.

GANEM, A. Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível. In: *Revista de Economia Política*, Volume 16 (2) abr-jun, 1996: 105-122.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Métodos em Ciência Econômica*. Rio de Janeiro: Multiplic-EPGE/FGV, 1980.

HENDERSON, James M. & QUANDT, Richard E. *Teoria Microeconômica: Uma abordagem matemática*. São Paulo: Pioneira, 1988.

JEVONS, William Stanley. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Nova cultural, 1987. (Os Economistas)

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Os Economistas)

MEEK, Ronald. *Economia e Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MISES, Ludwig Von. *Ação Humana: um tratado de economia*. Rio de Janeiro. Instituto Liberal, 1990.

ORMEROD, P. *A morte da Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OSER, Jacob & BLANCHFIELD, William. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1983.

ROBINSON, Joan. *Filosofia Econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUMPETER, Joseph A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1964.

STRAUCH, Ottolmy. Introdução. In: MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Os Economistas)

TEIXEIRA, J. R. *Ideologia e construção de modelos econômicos*. Brasília: ESAF, 1984.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia: princípios básicos*, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

WARD, Benjamin. *O que há de errado com a Economia?* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

## Notas

---

<sup>1</sup> Engels, “Carta a Franz Mehring”, de 14 de julho de 1893, grifos dos autores.

<sup>2</sup> Myrdal, *An International Economy* apud Robinson, 1979:17

<sup>3</sup> O subtítulo da seção: “não há nada que um lagrangiano não resolva” está calcado em fatos reais. Um dos autores deste trabalho lecionava História Econômica Geral em uma turma de segundo período de economia e tentava fazer seu trabalho principal que é de conectar a História com a Economia, dentro daquele princípio defendido por Hobsbawm de que a “*Economia precisa se reintegrar à História*”, expresso na máxima de que “*sem a História a Economia é um barco desgovernado*”. Para tanto o Professor apelava para exemplos do mundo real e fazia um uso crítico do conhecimento retrospectivo que a História fornece. Com este tipo de ação levava o aluno, muitas vezes e de moto próprio, a criticar alguns conhecimentos que este artigo denuncia como má Economia. Naquela mesma turma lecionava microeconomia 1, um professor □ que por motivos éticos não se cita o nome, cuidado este que não se tem certeza se o referido professor tomaria □ que ministrava sua disciplina baseado unicamente na matemática. Por razões tão comuns ao ambiente acadêmico, o mesmo resolveu fazer uma provocação de gosto e educação duvidosos, afirmando com desdém e ironia que: “não há nada que um lagrangiano não resolva”. O autor deste texto respondeu deixando uma questão para que os alunos ou o professor “autista” resolvessem: Por que a Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra dos séculos XVIII-XIX e não na França ou no Brasil? A maioria dos alunos chegou a respostas usando, é claro, a análise histórica e não Lagrange. Não há registro de que o professor de microeconomia tenha obtido resposta alguma.

<sup>4</sup> Henry George (1839-1897). Economista e reformista norte-americano, autor do livro *Progresso e Pobreza*. Longe de qualquer radicalismo, George propunha alternativas que reduzisse a miséria através de reformas no sistema capitalista.